

Detalhe de Oferta de Emprego

Código da Oferta: OE202411/0263

Tipo Oferta: Procedimento Concursal para Cargos de Direção

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério da Administração Interna

Organismo: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

Regime: Cargos não inseridos em carreiras

Cargo: Direcção Intermédia de 2ºgrau

Área de Actuação: Chefe de Divisão Jurídica e de Estudos Eleitorais, de acordo com o previsto do artigo 14.º do Despacho n.º 12643/2021, de 27 de dezembro, na sua redação atual.

Remuneração: 2806,92

Suplemento Mensal: 209.17 EUR

Conteúdo Funcional: As funções inerentes ao cargo previstas no artigo 14.º do Despacho n.º 12643/2021, de 27 de dezembro, na sua redação atual.

Habilidade Literária: Licenciatura

Descrição da Habilidade: Direito

Experiência na área eleitoral, nomeadamente na produção de estudos em matéria de direito eleitoral, no apoio nas diversas vertentes jurídicas e executivas, aos intervenientes nos processos de recenseamento, eleitorais e referendários, planejar, organizar, elaborar e publicar toda a documentação necessária ao apoio e esclarecimento jurídico dos eleitores e demais intervenientes, acompanhar a aplicação das diretivas eleitorais, assim como nas diversas funções decorrentes das competências atribuídas à Divisão Jurídica e de Estudos Eleitorais constantes do artigo 16º do Despacho n.º 12643/2021, de 27 de dezembro, na sua redação atual.

Perfil: Capacidade de coordenação, chefia ou direção, em particular aos níveis de: Planeamento e organização; liderança, inovação e motivação de equipas; Análise, sentido crítico e espírito de iniciativa; orientação para resultados; Responsabilidade e compromisso com o serviço.

Bom relacionamento interpessoal e capacidade de diálogo e colaboração com entidades externas, considerando em especial as atribuições da Secretaria-Geral ao nível da prestação de serviços transversais a outras entidades da área governativa da Administração Interna.

Métodos de Selecção a Utilizar: Avaliação curricular e entrevista pública, podendo o júri considerar que nenhum candidato reúne condições para ser nomeado, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Presidente: Licenciado Joaquim José Fernandes Vilar Morgado, Secretário-Geral Adjunto da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna;

1.º Vocal Efetivo: Licenciado Pedro João Dionísio da Engrácia, Subdiretor-Geral

Composição do Júri: da DGAEP;

2.º Vocal Efetivo: Professora Doutora Susana Antas Videira, Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	1	Rua de São Mamede, n.º 23	Lisboa	1100533 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Requisitos Legais de Provimento: A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social: Aviso n.º24264/2024/2 de 31 de outubro publicado no D.R nº 212, 2ª Série

Apresentação de Candidaturas

Local: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, Rua da S. Mamede, nº 23, 1100-533 Lisboa

Formalização da Candidatura:

1. A candidatura deve ser formalizada, num prazo de 10 (dez) dias úteis, através de requerimento, dirigido ao Secretário-Geral do Ministério da Administração Interna, em envelope fechado, com indicação expressa do código da oferta da BEP, remetido por correio registado e expedido até ao termo do prazo limite para apresentação das candidaturas ou entregue, pessoalmente, no mesmo prazo, nas instalações da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, da Rua da S. Mamede, nº 23, 1100-533 Lisboa, durante o horário de atendimento – das 9.00 às 12.30 horas e das 14.00 às 17.30 horas, podendo ainda ser remetida por correio eletrônico, para o endereço procedimentosconcursais@sg.mai.gov.pt, não podendo a candidatura exceder o limite máximo de 10 MB, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso na bolsa de emprego público, devendo conter os seguintes elementos:
 - a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu ou nº de cartão de cidadão e sua data de validade, residência, código postal, telefone e e-mail);
 - b) Indicação do nível habilitacional bem como a área de formação académica e profissional;
 - c) Indicação da carreira ou cargo que exerce e o tempo de serviço na carreira ou cargo, na categoria e em funções públicas;
 - d) Quaisquer outros elementos que o candidato considere passíveis de influir na apreciação do seu mérito, nomeadamente, exercício de cargos dirigentes, os quais só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.
2. Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados, obrigatoriamente dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
 - a. Curriculum vitae detalhado, atualizado, datado e assinado;
 - b. Fotocópias dos certificados comprovativos das habilitações literárias;
 - c. Fotocópias dos certificados de ações de formação profissional relacionadas com a área funcional do cargo a ocupar;
 - d. Declaração atualizada e autenticada emitida pelo organismo a que se encontram vinculados, da qual conste, de forma inequívoca, o vínculo de emprego público, bem como a carreira e a categoria detida, indicando a antiguidade em ambas e em funções pública.Não serão aceites candidaturas entregues pessoalmente, ou expedidas pelo correio fora do termo do prazo fixado para sua entrega.

Contacto: 213409000

Data de Publicação: 2024-11-07

Data Limite: 2024-11-21

Observações Gerais:
